

DEPARTAMENTO DE DIREITO

ELETIVAS 2024.1

JUR 1080 –2HA – LABORATÓRIO – MAQUIAVEL, ESPINOSA E A POLÍTICA MALDITA (PROFESSORA ANA LUIZA SARAMAGO)

Separação entre moral e política. Fins que justificam os meios. Até hoje o termo maquiavélico está associado a ideias de sordidez, traição, manipulação, tirania. Mas são essas as ideias maquiavelianas de fato? Que disse Maquiavel no século XVI de tão maldito que seu nome se associa até hoje aos sentidos do adjetivo maquiavélico? E, no entanto, também tido como maldito, outro autor comunga das ideias maquiavelianas: Espinosa já no século XVII retoma temas da obra de Maquiavel e também analisa a política de um prisma intrinsecamente humano. Os homens como são, em seus afetos e paixões, ideias e imaginação, são a matéria-prima da política em Espinosa. Este curso pretende uma incursão nos textos de Maquiavel e Espinosa sobre a política, buscando seus principais traços, confluências e buscando desvendar em que termos esses autores construíram análises capazes de até hoje renderem-lhes o adjetivo de uma política maldita. O curso é teórico e suas reflexões se aproximam da filosofia política e da teoria do Estado.

JUR 1083 –2HA – LABORATÓRIO – EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS (PROFESSORA FERNANDA FERREIRA PRADAL).

O laboratório estará voltado aos debates contemporâneos sobre direitos humanos, violências de Estado, justiça de transição, movimentos sociais por memória, verdade e justiça, políticas públicas de memória e lugares de memória no Rio de Janeiro. Trata-se de conteúdo interdisciplinar que envolve os campos do Direito, da História e Teoria Política. A disciplina trabalhará debates atuais e intertemporais, e estará articulada à pesquisa e à extensão desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Direitos Humanos. A metodologia do curso será participativa.

JUR 1111 – 2HA/ - DIREITO AMBIENTAL (PROFESSOR FERNANDO WALCACER).

Tutela jurídica do meio ambiente: o direito ambiental na constituição de 1988. Competências legislativas. Cidadania e meio ambiente: estudo prévio de impacto ambiental. Informação ambiental. Prevenção e reparação do dano ambiental: responsabilidade civil por danos ao meio ambiente (lei 7347/85). Poder de polícia ambiental: licenciamento ambiental, zoneamento

ambiental, padrões ambientais. Proteção do patrimônio natural. Unidades de conservação da natureza, regime jurídico. Código florestal. Poluição atmosférica. Poluição das águas doces, mares e zonas costeiras. Poluição do solo: resíduos industriais, tóxicos e perigosos. Poluição sonora. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento. Direito ambiental penal. Direito ambiental internacional.

JUR1932 – 2HX – DIREITOS HUMANOS E TRABALHO (JOÃO BATISTA BERTHIER)

Direitos humanos e trabalho. Direitos Fundamentais do trabalhador. A Constituição da República e os direitos sociais dos trabalhadores. As Convenções da Organização Internacional do Trabalho. O trabalho escravo. Os Direitos da Personalidade do trabalhador. Trabalho da criança e do adolescente. Trabalho da mulher. Trabalho da pessoa com deficiência.

JUR1934 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO, JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA (PROFESSOR PAULO MARCELO DE MIRANDO SERRANO) VIRTUAL.

A disciplina apresenta, na primeira parte, casos históricos da Suprema Corte Norte-Americana, de 1803 a 1973/2022, analisando sua influência nas decisões do Supremo Tribunal Federal brasileiro (Marbury v. Madison, 1803; Dred Scott v. Sandford, 1857; Brown v. Board of Education, 1954; Gideon v. Wainwright, 1963; Miranda v. Arizona, 1966; e Roe v. Wade, 1973/2022). Na segunda parte, apresenta casos históricos do STF, escolhidos a partir de discussão com os alunos, analisando suas repercussões jurídicas, políticas, econômicas e sociais.

JUR1937 -2HA– HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL (PROFESSOR CARLOS GUILHERME LUGONES)

O curso pretende percorrer a trajetória constitucional brasileira ao longo do tempo, a fim de que seja possível contextualizar a elaboração das Constituições do Brasil, permitindo assim a identificação das diferentes ambiências históricas e sócio-políticas que ensejaram a produção das normas constitucionais. Desta forma, o aluno poderá identificar quais valores foram abraçados pelas Constituições do Brasil em seus distintos momentos históricos, e os motivos pelos quais estes valores se mantiveram ou foram substituídos nos textos constitucionais brasileiros, tendo em vista os diferentes contextos temporais em que foram elaborados.

JUR 1939 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XX. DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DE OUTROS PAÍSES E PRICIPAIS ESTUDOS DA FORMAÇÃO BRASILEIRA. (PROFESSOR DANTE LIMONGI) – VIRTUAL

As instituições jurídico-políticas brasileiras. Elementos da formação histórica do Estado brasileiro. A federação e a repartição das competências entre os entes federativos. Cotejo do modelo brasileiro com outros países, a serem escolhidos pelos alunos de comum acordo com o professor.

JUR 1945 -2HA /TÓPICOS ESPECIAIS EM PROCESSO ADMINISTRATIVO (PROFESSOR MANOEL MESSIAS PEIXINHO)

1. Conceito de processo administrativo. 2. Princípios do processo administrativo. 3. Aplicação da LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942) ao processo administrativo. 4. Estrutura básica do processo administrativo da Lei nº 9784/1999. 5. Inteligência artificial aplicada ao processo administrativo. 6. Processos administrativos regidos por leis especiais.

JUR1950-2HA/TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXXI. ASPECTOS FILOSÓFICOS E PSICOLÓGICOS DA TOMADA DE DECISÃO JURÍDICA (PROFESSOR NOEL STRUCHINER) - VIRTUAL

Na eletiva, serão discutidas as implicações de pesquisas recentes dos campos da psicologia moral e filosofia (moral) experimental para o direito e para a teoria do direito, mais especificamente, para a questão acerca da tomada de decisão jurídica. Nosso direito está repleto de formulações normativas que contêm conceitos vagos, moralmente carregados, como, por exemplo: dignidade, liberdade, justiça, moralidade, entre outros. Sendo assim, decisões jurídicas muitas vezes não são muito diferentes de decisões morais. Torna-se importante, portanto, investigar o que são decisões morais e como as mesmas funcionam. Filósofos e teóricos do direito, trabalhando dentro de um arcabouço excessivamente racionalista, têm sistematicamente negligenciado os resultados de pesquisas empíricas acerca do processo de decisão moral na construção de suas pesquisas. Filósofos e teóricos do direito costumam, por exemplo, defender fortemente suas teorias normativas da adjudicação (na maior parte, teorias normativas baseadas nos trabalhos de Dworkin e Alexy) de forma idealizada e sem considerar dados importantes que pretendemos levantar. O que se pretende fazer na disciplina é suprir essa lacuna e fornecer um delineamento dos esforços interdisciplinares que estão sendo realizados por filósofos experimentais e psicólogos morais no sentido de descrever como nossas decisões morais funcionam e pensar sobre as implicações dessas pesquisas para o campo jurídico.

JUR1250 – 2HA- MERCADO DE CAPITAIS (PROFESSORA NORMA JONSSON PARENTE)

Comissão de Valores Mobiliários. Valores Mobiliários. Oferta Pública de Distribuição. Oferta Pública de aquisição: Alienação de controle, Aquisição de controle, Concorrente, Unificada, Aumento de participação, Cancelamento de registro. Fundos de investimento. Participantes do mercado. Operações em Bolsa. Insider Trading e Manipulação de Mercado. Responsabilidade e Deveres Fiduciários dos Controladores, Administradores, Gestores e Intermediários

JUR1353 – 2HA- CONTRABILIDADE PARA O DIREITO (PROFESSOR MANOEL VARGAS)

Noções básicas de contabilidade. Análise das demonstrações contábeis. Finanças da Companhia.

JUR 1920 - 2HA. Sociedades Anônimas: Governança Corporativa – Responsabilidade ESG - Facilitação do Diálogo (PROFESSOR MANOEL VARGAS)

Sociedades Anônimas. Governança Corporativa. Conceito de responsabilidade ESG. Normas de autorregulação do Novo Mercado da B3. Facilitação do Diálogo para resolução de conflitos. Técnicas e ferramentas.

JUR 1938 -2HA /REGIME JURÍDICO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO (PROFESSORES CAIO MACHADO E PABLO WALDEMAR RENTERIA)

Conceito, estrutura e natureza dos fundos de investimento. Função. Relação entre os cotistas e os prestadores de serviço do fundo. Deveres e responsabilidades do administrador e do gestor. Fundos de investimento em participações. Fundos imobiliários.

JUR 1944 -2HA / REGIME JURÍDICO DE STARTUPS (PROFESSOR LUIZ CLÁUDIO SALLES CRISTÓFARO) – VIRTUAL.

A partir de conceitos teóricos, mas, sobretudo, utilizando exemplos concretos e exercícios práticos que provoquem debates sobre o tema, o curso objetiva dar aos alunos uma visão abrangente de diversos aspectos ligados à estrutura jurídica das Startups como veículos de inovação e desenvolvimento econômico.

EMENTA DA DISCIPLINA

Inovação e desenvolvimento econômico, conceito de “Startups”; Estrutura jurídica das Startups; as sociedades e os fundos de investimentos; investidores, oportunidades e riscos; regime jurídico das startups; Marco Legal das Startups; ciclo de vida das startups; investimento e desinvestimento.

JUR 1948 -2HA / SOCIEDADES LIMITADAS (PROFESSOR LUIZ CLÁUDIO SALLES CRISTÓFARO) – VIRTUAL.

A partir do estudo de caso a ser desenvolvido de forma colaborativa com a turma, se construirá uma hipótese que levará à elaboração em conjunto de um contrato social. Durante o processo de desenvolvimento do contrato, serão abordados os principais conceitos e as principais questões relacionadas às Sociedades Limitadas tais como a estrutura contratual, as cláusulas obrigatórias, a formação do capital social, a responsabilidade dos sócios, a administração da sociedade, a cessão e transferência de participação societária, as deliberações sociais, as divergências entre sócios, a resolução da sociedade em relação a parte de seus sócios, a dissolução e a liquidação da sociedade

JUR1952 –2HA/ M&A (FUSÕES E AQUISIÇÕES) (PROFESSOR PAULO PENNA)

A disciplina tem por objetivo o estudo dos aspectos jurídicos envolvendo as operações de M&A (fusões e aquisições / compra e venda de empresas). Examinaremos as várias fases de uma operação de M&A, os agentes envolvidos, e os contratos aplicáveis, em especial o contrato de compra e venda de ações e acordos de associação (contratos de joint venture, acordos de acionistas, etc.). Vamos também tratar dos demais elementos envolvidos em um M&A, como a due diligence e a necessidade de prévia aprovação do CADE.

JUR 1949 -2HA / TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES COM ESPECTOS INTERNACIONAIS: PROBLEMAS E SOLUÇÕES - (PROFESSORA NÁDIA DE ARAÚJO) VIRTUAL.

A família atualmente está em movimento e as questões jurídicas que surgem das relações familiares não estão restritas a um único país. Os primeiros problemas aparecem já na celebração do matrimônio, quando o casal tem nacionalidade ou domicílio diverso ou então se

casa no exterior. Ainda com relação ao casal, há que ser enfrentada a questão da determinação do regime de bens e a partilha decorrente do divórcio. Há ainda as questões relativas aos filhos, como a guarda, convivência e alimentos, além do sequestro de menores. Finalmente, temos os problemas relativos à sucessão, seja através de um planejamento para o futuro, seja para resolver o inventário e partilha dos bens do falecido, em especial quando há herdeiros e bens em mais de um país.

A disciplina vai analisar essas questões sob a ótica do Direito Internacional Privado, cujos tópicos relativos à jurisdição internacional, lei aplicável e cooperação jurídica internacional serão utilizados de norte para a solução dos problemas. Será dada ênfase a aspectos práticos, com análise do direito comparado e de jurisprudência. A disciplina será on-line, o que permitirá a participação de convidados de outros estados e outros países.

JUR 1946 -2HA /INTERNATIONAL COMMERCIAL ARBITRATION (PROFESSOR LAURO GAMA) VIRTUAL.

This two credit course will concentrate on the theoretical and practical knowledge needed to handle arbitral cases either as counsel or arbitrator, both from the substantive and procedural law standpoint. The course will explore different issues arising in the conduct of international arbitrations and the making and enforcement of arbitral awards by focusing on arbitration awards, court decisions in the area of arbitration, the interaction between national courts and international arbitral tribunal, national arbitration statutes, international arbitration treaties and the arbitral rules of leading international arbitration institutions.

JUR1450 – 2HA - DIREITO ELEITORAL (PROFESSOR ADOLFO BORGES) – VIRTUAL

Conceito de Direito Eleitoral. A legislação eleitoral e sua interpretação. Consultas eleitorais e reclamações. Princípios do Direito Eleitoral. Direitos políticos: cidadania, sufrágio, voto e alistamento eleitoral. Perda e suspensão dos direitos Políticos. Sistemas eleitorais: conceito e espécies. Fases do processo eleitoral. Condições de elegibilidade, desincompatibilização e afastamento de fato. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Partidos políticos: origem, conceito, natureza jurídica, infidelidade partidária e prestação de contas. Propaganda eleitoral. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Ações eleitorais: ação de investigação judicial eleitoral, ação de captação ilícita de sufrágio, ação de reclamação em face de propaganda política eleitoral irregular, ação de impugnação ao mandato eletivo e o recurso contra a expedição de diploma. A ação rescisória eleitoral. Crimes eleitorais e o processo penal eleitoral.

JUR1750 -2HA – SEGURIDADE SOCIAL (PROFESSOR JOB ELOISIO) – VIRTUAL.

Seguridade social. Saúde. Previdência Social. Assistência Social. Aspectos Constitucionais. Direito Previdenciário. As relações jurídicas previdenciárias de custeio e de benefício. Segurados. Dependentes. Beneficiários. Contribuintes. Os benefícios e serviços previdenciários. Acidentes do Trabalho. O custeio da seguridade social.

JUR1851 -2HA - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (PROFESSORA DENISE MULLER DOS REIS PUPO) - VIRTUAL

Histórico da proteção da infante-adolescência. A criança e o adolescente na Constituição Federal. Direitos fundamentais da população infante-juvenil. A proteção dos menores de 18 anos na normativa internacional. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a doutrina jurídica da proteção integral. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Poder familiar: suspensão e destituição. Colocação familiar: princípios e procedimentos. Guarda e tutela: hipóteses e procedimentos. Adoção. Adoção internacional.

Direito fundamental à educação e cultura. Lei de diretrizes e Bases e legislação complementar. Garantias processuais: devido processo legal para o adolescente. Prática de ato infracional. Medidas socioeducativas. Medidas de proteção e medidas aplicáveis aos pais ou responsável. Educação profissional e profissionalização. Conselhos de direitos e Fundo da Criança e do Adolescente. Conselhos tutelares: competência, âmbito de atuação na comunidade. Justiça da infância e juventude: equipe Inter profissional. Ministério Público. Defensoria Pública e o Advogado; Prevenção geral e prevenção especial; crimes contra criança e adolescente.

JUR1923–2HA-TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO IV: DIREITO DESPORTIVO (PROFESSOR JOB GOMES) VIRTUAL

Evolução da Legislação Desportiva Brasileira. O Direito Desportivo nas Constituições do Brasil. A autonomia das entidades desportivas. O Atleta profissional e não profissional de Futebol. A Entidade Desportiva com Equipe de Futebol Profissional. O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. Remuneração e salário. Rompimento contratual. Clubes recreativos e Associações Desportivas

JUR1926 – 2HA / TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO FINANCEIRO (PROFESSOR LUIZ EMYGDIO) - VIRTUAL

Direito Financeiro, ramo do Direito Público, abrange o estudo da atividade financeira do Estado, compreendendo a despesa pública, a receita pública, o orçamento público, o crédito público e a lei de responsabilidade fiscal, que é de grande importância para o estudo da matéria. O Direito Financeiro gerou o nascimento do Direito Tributário e é disciplinado pela Constituição Federal e pela lei complementar 4320, de 1964

JUR1936 -2HA– TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO DE FAMÍLIA (PROFESSORA DENISE MULLER DOS REIS PUPO) – VIRTUAL.

A disciplina se propõe a discutir, em abordagem teórico-prática, o direito de família a partir da realidade das varas de família enquanto espaços para dirimir conflitos familiares e efetivar e garantir direitos e o acesso à justiça. Para tanto serão apresentados temas atuais de direito de família, sob a perspectiva civil-constitucional, noções gerais de direito processual civil bem como verificada a tramitação dos processos, seus diferentes momentos, seus atores e respectivos papéis e instrumentos de atuação nas demandas judiciais litigiosas perpassando as facilidades e dificuldades enfrentadas nesses espaços, cada vez mais acessados e interdisciplinares, com

especial foco na legislação e nos litígios que envolvem crianças/adolescentes, idosos e deficientes.

JUR 1940 – 2HA - TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXI. DIREITO DO PETRÓLEO (PROFESSORA FLÁVIA LIMMER) VIRTUAL

Sistemas reguladores da propriedade dos recursos minerais. Regimes jurídicos de outorga e regulação das concessões. As licitações da ANP. O contrato de concessão. Os segmentos da indústria petrolífera: upstream, downstream. Categorias básicas de contratos para a exploração e produção de petróleo. Os contratos na área de refino. O transporte. A distribuição e a revenda. As parcerias na indústria do petróleo. Importação e exportação. Direito da concorrência. Tributação das atividades petrolíferas e regimes aduaneiros aplicáveis. Direito ambiental e padrões de responsabilização civil.

JUR1855–2HA - DIREITO DA INFORMÁTICA (PROFESSOR GILBERTO ALMEIDA) – VIRTUAL.

Reconhecimento do direito da informática como área de especialização (conceito, abrangência e método). O tratamento jurídico de questões postas pela ou sobre a informática e sua confluência com outros ramos do direito. Direito de informática e direito constitucional. A questão da propriedade intelectual. Teoria das obrigações e contratos eletrônicos. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Abuso do poder econômico. Proteção dos direitos da personalidade. Questões de natureza tributária. Aspectos da criminalidade informática. Direito do trabalho e direito da informática. Direito internacional privado: aspectos pertinentes à jurisdição e foro competente.

JUR1935 – 2HA - ARTIFICIAL INTELLIGENCE, NEW TECHNOLOGIES AND REGULATIONS. (PROFESSOR ILIE ANTÔNIO PELE) – VIRTUAL

New technologies provide amazing opportunities for the welfare of societies, especially in Latin America and Brazil. Simultaneously, lack of transparency, novel forms of control, and privacy-rights concerns are also defining the way new technologies are currently deployed. It is therefore relevant to understand how to regulate them. In this class we will use digital law, comparative law, and digital philosophy/humanities to untack these challenges.

JUR1921 / 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II - FUNDAMENTOS DE DIREITO DIGITAL (PROFESSOR CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA) VIRTUAL

Ementa: Marco Civil da Internet – Contextualização e consulta pública – Princípios – Dispositivos sobre privacidade e proteção de dados – Guarda de dados – Neutralidade da rede – Responsabilidade Civil na Internet - O tratamento da responsabilidade de provedores no final dos anos 1990 (CDA e DMCA) - Responsabilidade por ato próprio e por ato de terceiro - Evolução do tema nos tribunais brasileiros – A aplicação da responsabilidade objetiva (teoria do risco e CDC) - A ascensão de modelos baseados em responsabilidade subjetiva - Regime de notificação e retirada - Regime disposto no Marco Civil da Internet - Responsabilidade dos provedores de conexão - Responsabilidade dos provedores de aplicações - Exceções: divulgação não consentida de cenas íntimas - Exceções: direitos autorais - Moderação de conteúdo por provedores - Modelos de transparência e controle – Judicialização da moderação de contas e de conteúdos – Controvérsias sobre o chamado direito ao esquecimento Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados - Âmbito de aplicação - Conceito de dados pessoais - Princípios de proteção de dados - Requisitos para o tratamento de dados pessoais - Direitos dos titulares de dados - Agentes de tratamento de dados - Violação de dados pessoais e regime de responsabilidade - Excludentes de responsabilidade - Conceito de incidente de segurança - Privacy by design – Dever de notificar incidentes de segurança - Autoridade Nacional de Proteção de Dados – Sanções – Prática dos processos de adequação à LGPD Proteção do consumidor na contratação eletrônica - Tratamento jurídico do spam e do email marketing- Exercício do direito de arrependimento na Internet – Design de ferramentas e tutela do consumidor: geoprícing, dark patterns e “caixas de recompensas”. Direito e inteligência artificial – Contextualização a partir das lições aprendidas com a regulação da Internet – Cartas de princípios sobre inteligência artificial – Estratégias nacionais e iniciativas regulatórias – IA e proteção de dados – A tutela dos direitos autorais: atribuição de autoria e uso de obras protegidas no desenvolvimento de aplicações de IA generativa – Responsabilidade civil por danos causados por aplicações de IA. 3. Avaliação: Elaboração de breve artigo científico sobre um dos temas tratados na disciplina, articulando seus principais conceitos, controvérsias e aplicações, acompanhada da correspondente doutrina e/ou jurisprudência.

JUR1921 / 2HX – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II - COMPLIANCE E LEGISLAÇÃO ANTI-CORRUPÇÃO (PROFESSOR LUIZ CRISTIANO OLIVEIRA DE ANDRADE)

Responsabilidade empresarial por atos de corrupção. Tutela penal, civil e administrativa. Natureza jurídica dos atos lesivos à Administração Pública. Legislação estrangeira (FCPA e UK Bribery Act). Legislação brasileira (Lei de Improbidade e Lei Anticorrupção). Tipificação. Responsabilização administrativa: o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR). Responsabilização judicial: Ação de Improbidade e Ação Civil Pública Anticorrupção. Acordo de Leniência. O papel dos órgãos de controle: CGU, TCU, CADE e Ministério Público. Programas de integridade: características e importância.

JUR 1928 – 2HA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (PROFESSOR THEOPHILO MIGUEL) – VIRTUAL

UNIDADE I – O Cenário de Construção da Improbidade Administrativa 1. Autonomia constitucional e definição de improbidade administrativa 2. Sujeitos. Definição de agente público (agentes políticos e outros) e demais responsáveis jurídicos (convênio, consórcio, terceiro setor e parceiros privados)

UNIDADE II - Atos de Improbidade Administrativa 1. A estrutura normativa dos atos de improbidade 2. Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito 3. Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário 4. Atos que atentam contra os princípios da administração 5. Controle judicial do ato de improbidade

UNIDADE III – Sanções, Prescrição e Decadência 1. Introdução 2. As sanções em espécie (art. 37, §§ 4º e 5º, CF e art. 12 da LIA) 3. O critério de aplicação das sanções 4. Prescrição e Decadência

UNIDADE IV - Procedimento Administrativo e Processo Judicial 1. Inquérito Civil 2. Legitimidade ativa 3. Causa de pedir e pedido 4. Legitimidade passiva e competência 5. Pedido cautelar 6. Análise da petição inicial 7. Fase instrutória 8. Sentença

JUR1953 –2HA - PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL DEMOCRÁTICO (PROFESSOR PAULO FREITAS) VIRTUAL

Conceito de Princípios no Direito Processual Penal. Eficácia Normativa. Ponderação entre os Princípios Constitucionais. Cotejo entre Princípios Constitucionais e Normas Infraconstitucionais. Macro Princípios. Princípio da Imparcialidade. Princípio do Juiz Natural. Princípio da Presunção de Inocência. Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório Princípio do Devido Processo Legal. Princípio da Paridade de Armas. Princípio do Livre Convencimento Motivado e da Íntima Convicção. Princípio da Obrigatoriedade, da Discricionariedade Regrada e da Conveniência. Princípio da Inadmissibilidade das Provas Ilícitas. Demais Princípios Aplicáveis ao Direito Processual Penal

JUR 1958 –2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PENAL ELEITORAL: CRIMES ELEITORAIS E RITO PROCEDIMENTAL (PROFESSOR ADOLFO BORGES) VIRTUAL

1. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral. 2. Objeto jurídico do direito penal eleitoral. 3. Aplicação subsidiária dos Códigos Penal e de Processo Penal. 4. Classificação dos crimes eleitorais. 5. Diplomas legais que dispõem sobre os crimes eleitorais em espécie. 6. O cometimento de delitos eleitorais através da mídia em geral; o “assédio eleitoral” 7. O processo penal nos crimes eleitorais: ação penal pública e ação privada subsidiária da pública, competência e rito procedimental. 8. Revisitando as ações, como a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) , Ação de Captação Ilícita de Sufrágio e Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME), como eventuais fontes de delitos eleitorais.

JUR 1956 -2HA /RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL (PROFESSORA VICTORIA SULOCKI) VIRTUAL

1-Teoria dos Recursos no Processo Penal: Introdução; Fundamentos, Conceito e Natureza Jurídica; Classificação; Princípios Constitucionais, Sistema Recursal Brasileiro e Duplo Grau. 2-Recursos em espécie: Recurso em Sentido Estrito; Apelação; Embargos Infringentes; Embargos de Declaração; Carta Testemunhável; Recursos Especial e Extraordinário, Agravos nos Recursos Especial e Extraordinário.

3-Ações Autônomas de Impugnação: Habeas Corpus, Revisão Criminal e Mandado de Segurança.

JUR 1943 -2HA /TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXIV. TÓPICOS EM DIREITO PENAL (PROFESSOR JOAO MESTIERI) – VIRTUAL.

Propedêutica Penal. Teoria da lei Penal. Teoria do delito. Teoria da reação penal.

JUR 1941 – 2HA - TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL. (PROFESSORA FERNANDA MEDINA PANTOJA) VIRTUAL

O tratamento dos litígios na contemporaneidade exige o domínio estratégico das ferramentas e técnicas processuais. A disciplina compreenderá o estudo de temas relevantes de processo civil, com direcionamento à prática do contencioso cível e empresarial, a partir uma abordagem doutrinária, prática e da análise de dados empíricos, tais como os custos de um litígio e os meios possíveis e adequados de solução, os espaços e incentivos ao consenso, os cuidados na escolha da via arbitral, a estratégia pré-contenciosa através dos negócios processuais, as novas conformações objetivas e subjetivas do processo, a gestão da litigância repetitiva e o manejo dos mecanismos de criação de precedentes, o uso tático das tutelas provisórias, os desafios na condução de provas, as questões relevantes sobre o sistema recursal e fatores extrajurídicos dos julgamentos colegiados, o uso da tecnologia e da inteligência artificial nos processos jurisdicionais, entre outros.

JUR 1954– 2HA/TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL (PROFESSOR FIRLY NASCIMENTO FILHO) – VIRTUAL

Processo e Direito público: a) ação de Desapropriação; b) ação Popular; c) ações coletivas; Mandado de Segurança individual e coletivo; d) Habeas Data; e) Mandado de Injunção; f) Ação Civil Pública; g) ação de Repetição de Indébito; h) ação Anulatória; i) ação de Improbidade. Procedimentos administrativos disciplinar e legislação correlata. Processo Administrativo Fiscal e legislação correlata.

JUR 1955– 2HX/TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PROCESSUAL (PROFESSOR FIRLY NASCIMENTO FILHO) - VIRTUAL

Processo e Direito Imobiliário: a) ação de consignação em pagamento; b) ação de revisão de aluguel; c) ação renovatória; d) ação de imissão na posse; e) ação de reintegração de posse; f) ação de manutenção de posse; g) ação de usucapião.

Processo e Direito de Família: a) ação de Separação Judicial; b) ação de Divórcio; c) ação de Alimentos; d) ação de Guarda; e) ação de Regulamentação de Visitas; f) ação de Partilha; g) ação de Investigação de Paternidade; h) ação Negatória de Paternidade; i) ação de Petição de Herança. Procedimentos extrajudiciais aplicáveis ao Direito Imobiliário e ao Direito de Família

JUR 1957 –2HA/ MÍDIA, ENTRETENIMENTO E DIREITO (PROF. RICARDO BRAJTERMAN)

Aspectos jurídicos da propriedade intelectual; Mídia Impressa x Mídia eletrônica; Direitos e deveres do Jornalista; Liberdade de Expressão x Imagem, Intimidade e Princípio da Dignidade Humana; Direitos e deveres dos sites da internet; Direitos autorais nas artes; Os profissionais da arte (pintores, escultores, autores, iluminadores, cenógrafos, diretores, coreógrafos, figurinistas, contraregras, camareiros, músicos, atores, bailarinos, maquinistas); Contratos em televisão; Contratos em cinema; Contratos em teatro; Leis de incentivo à cultura;

JUR 1930 –2HA FUSÕES E AQUISIÇÕES DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS (PROF. FRANCISCO MUSSNICH)

Curso coordenado pelos Professores Francisco Mussnich, Caio Machado Filho e Alain Maillot. Serão 10 encontros presenciais e mais duas avaliações. A combinação de negócios por meio de fusões e aquisições (M&A) é um fator-chave no desenvolvimento das economias e na sua interpenetração. Também é uma área principal de tentativa de controle por parte dos Estados sobre a influência de investidores estrangeiros. Este curso será dedicado à compreensão da natureza das transações de M&A, com foco nas várias formas pelas quais os acordos de M&A podem ser estruturados. Nenhuma lei específica será aplicada às transações a serem discutidas durante esta aula, embora as Diretivas Europeias sejam frequentemente mencionadas, pois constituem provavelmente o conjunto mais elaborado de regras transfronteiriças de M&A até o momento. O curso se concentrará nos fundamentos teóricos e práticos da estruturação de M&A de acordo com (i) as leis das sociedades empresárias e valores mobiliários e (ii) as leis fiscais. Muitas vezes, os papéis dos advogados corporativos e fiscais são amplamente separados. Contudo, deveriam ser combinados, pelo menos na seleção da estrutura básica de uma transação, como o curso demonstrará.

O curso também mostrará que as regras e práticas de M&A são um campo onde a criatividade dos advogados envolvidos é decisiva, tornando essa prática desafiadora e empolgante. Este curso é projetado para estudantes que pretendem se tornar advogados de M&A e/ou banqueiros, especialmente em transações complexas e transfronteiriças, ou para aprimorar sua prática nesses campos. Também deve ser útil para estudantes interessados em seguir uma carreira na regulamentação de M&A.

Metodologia: Serão aulas presenciais (em inglês) com estímulo a participação dos alunos nos debates. Haverá necessidade de leitura prévia a ser indicada e cobrada em sala de aula.